



CADERNO DE APRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

UNIÃO DA
JUVENTUDE
COMUNISTA

UJC.ORG.BR
[FB.COM/UJCBR](https://www.facebook.com/UJCBR)

CADERNO DE

**UNIÃO DA
JUVENTUDE
COMUNISTA**

**UJC.ORG.BR
FB.COM/UJCBR**

**APRESENTAÇÃO
E ORGANIZAÇÃO**

SUMÁRIO

Introdução	5
A história da UJC	6
A política da UJC	12
A estratégia da revolução socialista ..	12
As frentes táticas da UJC	14
A UJC é a juventude do PCB	16
A organização interna da UJC	17
O Centralismo Democrático	17
Os núcleos	18
Os secretariados	19
As Coordenações Estaduais	20
A Coordenação Nacional	21

INTRODUÇÃO

Este caderno tem por proposta apresentar, em linhas gerais e de modo sintetizado, a história da União da Juventude Comunista; sua linha política na atualidade (concepções estratégicas e táticas para a revolução brasileira); suas formas atuais de organização interna; e suas relações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Ele pode ser utilizado para diferentes finalidades, entre as quais destacamos duas: como um disparador para atividades de formação política; e como um instrumento que auxilie nos processos de recrutamento de militantes.

Em ambas as finalidades o caderno tem uma função auxiliar, que não substitui a leitura de textos, a realização de discussões e de encontros presenciais, entrando neste processo como mais um elemento a contribuir nas atividades da UJC.

Dezembro de 2018

Coordenação Nacional da UJC

HISTÓRIA DA UJC

Não é possível conhecer a história da União da Juventude Comunista sem entender o momento de criação e desenvolvimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Fundado em 1922, o PCB nasce inspirado no processo da Revolução Russa, para fazer frente à necessidade de organização do crescente movimento operário brasileiro, que já naquele momento apontava para as limitações das teses anarquistas¹, predominantes no período. Era preciso criar uma organização que unificasse as novas demandas, mobilizações e lutas e que fosse capaz de formular um programa de intervenção política que superasse os limites das ações diretas e se configurasse como uma alternativa real para a conquista do poder pelos trabalhadores.

Na tentativa de seguir as orientações da Terceira Internacional Comunista², já em 1924 o Comitê Central do PCB deliberou pela organização da Juventude Comunista (JC). Contudo, somente a partir do ano de 1925 que o partido passou a dar maior ênfase à sua articulação. A tarefa de organizar a Juventude foi passada ao jovem estudante Leôncio Basbaum, que, em Recife organizara uma forte base da Juventude Comunista. No Rio de Janeiro, em 1926, se organizaram os primeiros Diretórios e Centros Acadêmicos em universidades já sob a influência da JC. No ano seguinte, Leôncio Basbaum assumiu o compromisso pela organização da JC a nível nacional.

No 1º de Maio de 1927, a Juventude Comunista participou intensamente das mobilizações, mostrando não só a viabilidade como a necessidade de uma organização do gênero. Esta participação no 1º de Maio incentivou o Comitê Central do PCB a apressar o processo de organização da JC e, desta maneira, no dia 1º de Agosto de 1927 é oficialmente fundada a Juventude Comunista. Logo após sua fundação, a JC pede ingresso na Internacional da Juventude Comunista, onde não só é aceita como convidada a mandar delegado ao seu V Congresso, em Setembro de 1928.

1 O movimento operário brasileiro, em sua origem, devido a presença marcante de trabalhadores imigrantes europeus, foi hegemônico por teses e concepções políticas anarquistas, que postulavam a necessidade de ações diretas de combate ao Estado, sem uma organização centralizada forte.

2 A Internacional Comunista é o nome dado a uma associação criada para coordenar e organizar as ações dos diversos movimentos e grupos comunistas atuantes no mundo todo. Sua existência se deu em diferentes momentos da história, tendo sido criada e dissolvida diversas vezes. A “primeira internacional” foi criada em 1864, em Londres, sendo que dela participaram os fundadores do Marxismo, Marx e Engels. Foi extinta em 1876. A “segunda internacional” foi criada em 1889, tinha em suas fileiras importantes revolucionários como Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo e o próprio Lênin. A “terceira internacional” foi criada dois anos após a revolução russa, em 1919, e é dissolvida em plena 2ª Guerra Mundial, em um movimento estratégico de Stálin para se aliar as potências imperialistas contra a Alemanha Nazista. Com a ascensão do stalinismo as dissidências trotskistas criam a “quarta internacional”, mas essa já não consegue uma ampla aderência do movimento comunistas internacional. A Internacional Comunista a qual se refere o texto é a Terceira Internacional, também conhecida como “Komintern”.

O Movimento Comunista Internacional (MCI) passava então por uma forte disputa de projetos que culminaria, no final dos anos 20, na vitória do segmento de Stalin e da política de “Classe contra Classe”³, uma política de confrontação direta. Essa política, porém, ainda não havia atingido o PCB nem a JC. Em 04 de Janeiro de 1929, após o III Congresso do PCB, é realizado o I Congresso da JC, num momento de grande riqueza de formulações originais por parte do Partido, que na época possuía à sua frente Astrojildo Pereira. O congresso da JC formula ricamente sua intervenção no movimento de juventude, priorizando o meio sindical e cultural, a organização dos Centros de Jovens Proletários, além de manter diálogo com o nascente movimento estudantil.

A JC entra na década de 1930 ainda sem muita expressão. Tanto o PCB quanto a JC, conseqüentemente, sofrem a crescente influência do “obreirismo”⁴, o que engessou as organizações levando-as a um estreito isolamento político. Todavia, com o crescimento do movimento fascista na Europa, o Komintern se viu obrigado a recuar de sua política estreita, e, em 1935 efetua uma guinada na linha política do Movimento Comunista Internacional a partir da busca pela construção de “frentes únicas” contra o avanço do fascismo.

No Brasil, desde o ano anterior, já se sentia a necessidade da JC se integrar a um movimento mais amplo diante da fascistização do Estado com Getúlio Vargas e sair do isolamento em que se encontrava. Foi com este espírito que a JC participou ativamente da Conferência Nacional de Estudantes Antifascistas. Nesta ocasião ocorreu, além das grandes mobilizações promovidas pela Juventude Comunista, uma série de conflitos físicos entre os Comunistas e os Integralistas (movimento de nítida caracterização fascista). Num dos mais famosos confrontos, a chamada Batalha da Sé em São Paulo, houve diversos feridos e quatro mortos, sendo um militante da Juventude Comunista. No Rio, houve violentos confrontos, na Cinelândia (centro da cidade). A necessidade, cada vez maior, de se intensificar a luta contra não só a fascistização do Estado como também contra a Ação Integralista Brasileira, obrigava a Juventude Comunista a diversificar suas formas de resistência e lutas. Assim, é criado o jornal “Juventude” em 1935, jornal que conclamava a unidade incondicional dos segmentos antifascistas.

Ainda em 1935, deliberação do partido apontava para a necessidade da JC formar comitês juvenis da ANL, a Aliança Nacional Libertadora⁵, e in-

3 A política de “classe contra classe” foi uma política advinda da Terceira Internacional no seu VI Congresso Mundial que postulava o combate à social-democracia por parte dos comunistas.

4 Obreirismo é uma ideologia que proclama a necessidade de que os trabalhadores “produtivos” cumpram funções centrais no partido, sendo os outros quadros, como os quadros intelectuais, desprezados, secundarizados ou até depurados da organização partidária.

5 A Aliança Nacional Libertadora foi uma frente política formada em 1935 com o ob-

dicava também como prioridade, no meio estudantil, organizar o Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular, e que o congresso deliberasse por sua adesão à ANL, fazendo um trabalho paralelo entre os estudantes e entre os Jovens operários nas fábricas, sindicatos etc.: “Formar e ampliar a JC dentro de amplos organismos de massa juvenis”.

Porém, com a radicalidade crescente da ANL, o Governo de Getúlio a coloca na ilegalidade, desencadeando uma série de prisões e atos arbitrários por parte do Estado, como o fechamento de sedes de partidos políticos, prisões e espancamentos⁶. Com o fracasso do Levante Comunista de novembro de 1935, se instaura no país uma violenta caça aos comunistas, ocasionando o desmantelamento do Partido e das organizações a ele ligadas.

Durante a década de 30, os jovens comunistas intensificaram sua atuação no movimento estudantil, onde jogaram papel fundamental para a criação da UNE, a União Nacional dos Estudantes, em dezembro de 1938.

Na década de 1940, a UJC se encontrava dispersa e sem uma atuação orgânica. O que se tinha era a militância jovem do PCB atuando de maneira hegemônica no movimento estudantil, onde a UNE começa a ganhar espaço e, mesmo com forte repressão, os comunistas se destacaram nas mobilizações contra a entrada do Brasil na II Grande Guerra.

Em 1943 o PCB realiza a Conferência da Mantiqueira, aprovando como eixo principal a luta pela restauração das liberdades democráticas com a anistia para os presos políticos. Amplas mobilizações, integrando todo o conjunto da sociedade civil, dos estudantes à intelectualidade progressista, e, em abril de 1945, finalmente o Estado recua e o PCB volta à legalidade, podendo assim atuar livremente na sociedade.

Nesse sentido, o PCB coloca novamente na “ordem do dia” a necessidade de reorganizar a Juventude Comunista, agora com um novo formato, como UJC, União da Juventude Comunista. Porém, o Partido Comunista teria uma curta trajetória na legalidade. O registro do partido foi cassado e todos os mandatos de seus deputados e de seu Senador, anulados. Inicia-se, no governo Dutra, uma forte repressão e um grande sentimento anticomunista. Nesse contexto por questão de segurança, o Partido decide fechar a UJC.

jetivo de combater a ascensão do fascismo e a submissão nacional do Brasil ao imperialismo. Foi composta por diversos setores da sociedade brasileira que aderiam a essa linha, como comunistas (PCB), democratas nacionalistas, operários, tenentes, estudantes de esquerda, entre outros. Foi fechada pelo governo de Getúlio Vargas no mesmo ano.

⁶ Com o fechamento da ANL no ano de 1935 se acirra a luta de classes no país culminando em um levante armado de tenentes comunistas em novembro do mesmo ano. Sem contar com forte aderência da população o levante é esmagado e se inicia um longo período de fechamento do regime presidido por Getúlio Vargas, o chamado Estado Novo.

Em 1950 o PCB adota uma nova linha política e decide pela reorganização da juventude. A UJC compreende, no período, a necessidade de estender sua inserção para os mais amplos movimentos de juventude, direcionando-os sob a perspectiva da luta de classes. Neste período, foi presidente da UJC João Saldanha, o João Sem Medo.

Ainda nos anos 50, a UJC esteve engajada na luta pela adesão do Brasil à guerra da Coreia (contra o eixo Berlim-Roma-Tóquio) e na campanha do “Petróleo é nosso”. Em 1956, compôs a chapa que reconduziu a UNE a posturas mais progressistas, além de ter participado dos espaços da UBES e ter cumprido papel importante na construção dos Centros Populares de Cultura (CPCs) vinculados às entidades estudantis. Nesse mesmo período, no plano internacional, teve atuação decisiva na Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD), do qual é uma das organizações fundadoras.

A crise do movimento comunista internacional, decorrente das resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, onde Kruschev faz duras críticas ao período da direção de Stálin na URSS, rebate também no PCB, principalmente em seu núcleo dirigente, que passa a travar forte luta interna. Esta luta culminaria na saída do Partido de vários dirigentes que adotariam uma linha de não-autocrítica do período anterior e assumiriam uma postura sectária ao fundarem em 1962 o PC do B. Na UJC, alguns militantes saem e vão para o PC do B, atraídos pelo seu discurso estreito.

Em 1964, o golpe civil-militar depõe o governo Jango e instala no Brasil uma ditadura com clara postura anticomunista, que contribui para a dispersão dos militantes. Ainda assim, no ano seguinte se organiza o congresso da UNE, onde a UJC assume cargos na direção da entidade, que então estava na ilegalidade. O movimento estudantil assume papel de vital importância no combate à ditadura civil-militar, onde em parte desenvolve a política do PCB de enfrentar a ditadura com amplos movimentos de massas em mobilizações reivindicando a volta da legalidade democrática. Com o maior tensionamento com a ditadura, diversos setores da juventude optam pela luta armada como forma de combate. Esta postura entrava em choque com a política do PCB e, portanto, da UJC, de combater a ditadura através das mobilizações de massa, o que acarreta novamente a saída de diversos militantes. O AI-5⁷ viria para confirmar que a ditadura não estava disposta a ceder diante da radicalidade de segmentos da esquerda: ao contrário, a ditadura utilizou-se destas posturas para justificar o aumento da repressão.

7 O Ato Institucional nº 5, também conhecido como AI-5 é um decreto governamental publicado em dezembro de 1968, que se tornou um marco no endurecimento da Ditadura Militar, dando poderes extraordinários ao presidente da república, o militar Costa e Silva, e suspendendo diversas garantias constitucionais. A partir do AI-5 a perseguição a militantes comunistas ou de esquerda se tornou feroz, assim como a proibição de toda e qualquer manifestação política.

Com a derrota dos segmentos armados da resistência à ditadura, esta volta sua atenção para o PCB, que era então responsável pelas maiores fissuras na ditadura, com amplas denúncias e passeatas. Desencadeia-se, assim, uma forte perseguição aos comunistas. Um terço do Comitê Central do PCB é assassinado, assim como diversos militantes do Partido e muitos jovens da UJC. Tal situação levou a UJC a praticamente deixar de existir, atuando mais em núcleos dispersos e com pouca funcionalidade. Mesmo assim Jovens Comunistas participaram do Encontro Nacional dos Estudantes que definiu pela reorganização da UNE.

Com a volta dos exilados e com a lei da anistia, o PCB organiza uma comissão incumbida de reorganizar a UJC; porém, já se iniciava, então, a disputa interna⁸ que culminaria no “racha” de 1992. Diversos membros da comissão de reorganização da UJC foram substituídos, vários jovens saíram do PCB com Prestes e outros se afastaram do PCB diante das novas posturas adotadas pelo Partido, importadas do Eurocomunismo, que levavam o PCB a uma clara postura de conciliação de classes.

A UJC ressurgiu neste cenário, em 1985, junto com a legalidade do PCB, porém com o discurso muito diluído e com fraca capacidade de mobilização, o que afastava, paulatinamente, a juventude mais aguerrida das fileiras da UJC. O VII Congresso, em 1984 e o VIII Congresso em 1987, aprofundaram a linha conciliadora do PCB. Agravou-se a luta interna. A seqüência de acontecimentos que ocorreram no Leste Europeu no fatídico ano de 1989, e posteriormente com o próprio colapso da URSS, serviu para justificar uma suposta legitimação as posturas liquidacionistas dentro do PCB, que apontavam para a constituição uma nova organização, ideologicamente gelatinosa, que viria a ser o PPS, hoje de perfil claramente burguês. É chamado, em caráter extraordinário, o X Congresso, que ocorre de maneira confusa e não legítima, onde inclusive não-militantes puderam fazer uso do direito de voto, passando por cima de todos os princípios éticos-organizativos do partido.

Retira-se do Congresso um expressivo número de militantes e delegados organizados no movimento nacional em defesa do PCB que, durante o congresso, denunciam as posturas liquidacionistas e antimarxistas dos que conduziam o congresso e organizam em outro local uma conferência nacional de reorganização do PCB, rompendo não apenas com as posturas liquidacionistas como com a política de conciliação operante no PCB nos anos de 1980 – reorganizando-o, assim, de maneira revolucionária, sobre os pilares do Marxismo-Leninismo.

8 Em 1989, sobre a pressão da crise no Leste Europeu, um grupo interno ao PCB, liderado por Roberto Freire, postula a necessidade do abandono da tese da revolução social e a aderência às idéias social-democratas da “nova esquerda” européia. Tal grupo aprova um congresso relâmpago, em 1992, que permite que pessoas não filiadas ao partido decidam sobre os rumos da organização, decidindo pela liquidação do PCB e a formação de um novo partido. Assim se dá a formação do Partido Popular Socialista (PPS), que hoje em dia faz alianças reacionárias com partidos como o PSDB. A maior parte dos militantes comunistas, contudo, não reconhece tal congresso e decide pela manutenção do PCB.

Em Março de 1993 se realiza de fato o X Congresso do PCB, que aprova a reativação da UJC. As teses para o X congresso do PCB afirmavam a necessidade de “ter especial atenção com a formação dos jovens comunistas, com a ativa renovação revolucionária da UJC, como instrumento de atuação dos comunistas na juventude, (...) Este é o grande investimento do Partido em longo prazo, pois os jovens são os verdadeiros continuadores da história, tradições e lutas do Partido Comunista Brasileiro”. As teses procuravam formular uma série de bandeiras gerais para unificar a atuação da juventude.

Em 1994, no mês de Agosto, se dá o Congresso de reorganização da UJC no Rio de Janeiro, no Sindicato dos Médicos, onde é eleita uma diretoria nacional com o intuito de organizar a atuação da UJC nacionalmente. Na ocasião, é eleita como presidente da UJC a estudante e militante da UJC em São Paulo, Sofia Pádua Manzano. Nos anos seguintes a UJC volta a participar da UNE e procura desenvolver outras frentes de atuação. O mesmo quadro se manteria no XI Congresso.

Com a realização do XII Congresso do PCB, em 2000 foi aprovada uma resolução que permitia a ativação ou desativação da UJC nos Estados, conforme a prioridade de ação política e de organização do Partido em cada região. No Movimento Estudantil, os Jovens Comunistas atuavam através Movimento “A Hora é Essa, Ousar Lutar – Ousar Vencer”. Este priorizou, em âmbito nacional, a atuação dentro da UBES e UNE. Mesmo assim, se mantém a UJC organizada em alguns estados.

As resoluções do XIII Congresso do PCB apontam para a reorganização em nível nacional da UJC, como frente orgânica ao PCB, com suas direções, ações em linha gerais referendados pelo Partido, constituindo assim uma renovada UJC, adaptada às novas demandas e exigências históricas.

Em 2005 foi constituída uma comissão nacional provisória da UJC, que organizou as atuações da organização em diversas frentes e ocasiões, enquanto preparava o Congresso de Reorganização da UJC (realizado em 2006, em Belo Horizonte/ MG). Em 2010, a UJC realizou seu V Congresso em Goiânia/GO e em 2012 em Niterói-RJ. Pela primeira vez em sua história realizou três congressos nacionais seguidos, sem interrupções impostas pela conjuntura no país ou pelos processos de luta interna no PCB.

Nesses três últimos congressos, a UJC aprofundou suas formulações políticas e avançou em termos organizativos. Pôde dar importantes passos no sentido da consolidação do processo de reconstrução revolucionária do PCB, apontado no partido a partir das resoluções de seu XIV. Hoje, a UJC se apresenta como uma alternativa revolucionária de organização às massas de jovens inconformados com o atual sistema societário e que têm sentido na pele o avanço da exploração do trabalho e da retirada de direitos, que tendem a acirrar cada vez mais a luta de classes no país.

A POLÍTICA DA UJC

A ESTRATÉGIA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Antigamente, os comunistas faziam a análise de que o modo de produção capitalista no Brasil ainda não estava completo, se comparado com o capitalismo e a industrialização dos principais países capitalistas do mundo, como EUA, França, Inglaterra etc. Isso quer dizer que eles identificavam que vários momentos da economia brasileira, bem como várias relações sociais no país, não eram de fato capitalistas, mas sim pré-capitalistas (por exemplo, as relações de trabalho no campo que deixaram de ser baseadas no trabalho escravo, sem, contudo, se consolidarem como relações de trabalho livre, baseadas no assalariamento). Por consequência, argumentavam que não era possível para os trabalhadores no Brasil lutarem por uma revolução socialista, visto que era necessário primeiro desenvolver o capitalismo e as forças produtivas do Brasil, para depois se atingirem as condições para socializar toda a produção através de uma revolução, sem haver escassez ou falta de capacidade produtiva.

Essa estratégia da revolução, que é mediada pela necessidade do crescimento do capitalismo, sendo, portanto necessário que, por algum tempo, os próprios trabalhadores defendessem políticas de desenvolvimento do capitalismo em aliança com setores da burguesia, é o que se convencionou chamar de uma visão “etapista” da revolução, a estratégia “nacional desenvolvimentista” ou “democrático-burguesa”.

Contudo, a partir da década de 50, o capitalismo brasileiro vai se tornando cada vez mais encorpado e completo, mesmo que ainda tivesse uma condição econômica totalmente subordinada às grandes potências imperialistas. Tal desenvolvimento capitalista se consolida na ditadura militar, momento marcado por uma forte repressão a qualquer manifestação e organização da classe trabalhadora, e coloca uma nova situação para a ação estratégica dos comunistas na década de 80. Esse período foi marcado por um grande ascenso das lutas dos trabalhadores e a consequente construção de instrumentos de organização como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o PT (Partido dos Trabalhadores) que passaram a hegemonizar a luta dos trabalhadores através de uma estratégia que identificava que a subordinação da burguesia brasileira aos interesses dos países imperialistas impossibilitava um desenvolvimento democrático mais amplo no país (maior distribuição de renda, reforma agrária, acesso universal a saúde, educação etc.) ainda nos marcos do capitalismo. Segundo essa estratégia era necessário que se desenvolvesse uma luta, através da aliança entre setores oprimidos da sociedade, para eliminar essas “tarefas democráticas em atraso”, e posteriormente atingir o socialismo.

Essa estratégia ficou conhecida como estratégia “democrático-popular”, é uma variante etapista da estratégia “democrático-burguesa”, e ainda hoje possui adeptos no Brasil (como a Consulta Popular, o PC do B, setores do PT, etc).

Como a história recente demonstrou, a política de alianças do PT foi aumentando cada vez mais, com o objetivo de conquistar o governo, chegando ao cúmulo atual, de alianças com setores burgueses brasileiros, com a burguesia financeira internacional, com os ruralistas, entre outros. Isso fez com que o PT abandonasse seus princípios de defesa da classe trabalhadora e focasse seus esforços em uma política de conciliação de classes, compondo um bloco liberal burguês hegemônico, que possibilita uma exploração cada vez maior do trabalhador brasileiro, e uma lucratividade maior para vários setores da burguesia.

Ao contrário dessas posições, para os comunistas, no Brasil e no mundo atual predominantemente capitalista em todas as suas esferas, não há mais lugar para um direcionamento das lutas dos trabalhadores que não seja pautado por uma estratégia socialista, baseada na união dos setores de esquerda e contra todas as manifestações do capital, rumo à revolução. As estratégias “etapistas” há um bom tempo perderam sua razão de ser na medida em que somente prejudicam a luta dos trabalhadores na construção de uma sociedade comunista.

Como dizem as Teses do XV Congresso do PCB: “Afirmamos que a Revolução Brasileira é uma Revolução Socialista, considerando que o Brasil é uma formação social capitalista desenvolvida e monopolista, que a burguesia monopolista nacional/internacional constituiu-se em classe hegemônica e dominante; que o Estado brasileiro é um Estado burguês e que o processo político da luta de classes no ciclo recente produziu um bloco liberal burguês hegemônico e dominante, formado pela aliança entre a grande burguesia monopolista, o monopólio capitalista da terra, o imperialismo e um setor político da pequena burguesia política que, através de burocracias partidárias e sindicais e o controle de mecanismos de governo, buscam cooptar o proletariado e neutralizar suas ações; considerando ainda que um bloco proletário procura resistir na direção de uma contra-hegemonia que aponta para uma meta de superação do capitalismo e da necessidade de uma sociedade socialista”.

Mas para que construamos a Revolução Brasileira, não basta que afirmemos uma estratégia acertada. É preciso também que trabalhe para a construção de mediações táticas que consigam unir os setores que hoje defendem a estratégia da revolução socialista.



UJC na luta contra o governo Temer em São Paulo.

Somente assim poderemos construir uma nova ofensiva da classe trabalhadora contra o capital.

O ciclo de esquerda hegemônico pelo PT, que resultou em um apassivamento da classe trabalhadora, nos coloca em um momento histórico de grande fragmentação na esquerda, e de pouca inserção na massa dos trabalhadores. Por conta disso é que nós, comunistas, concebemos que é necessário que as forças de esquerda hoje se unam em torno de uma Frente Anticapitalista e Anti-Imperialista, tendo em vista formar no futuro um Bloco Revolucionário do Proletariado que dispute a hegemonia com o Bloco liberal burguês atualmente dominante na sociedade brasileira.

Nessa construção, que se dá nas lutas cotidianas e somente através de alianças entre os setores populares da sociedade, é necessário que, na organização da luta, impulsionemos formas de organização e de ação que conduzam a uma auto-organização dos trabalhadores diretamente oposta as estruturas de dominação burguesas, de forma a criarmos uma hegemonia proletária e popular na realidade política brasileira. É o que chamamos da tática da construção do Poder Popular.

Ora, se lutamos pela construção de uma sociedade onde a organização da produção e da distribuição será feita pelos próprios trabalhadores e para os próprios trabalhadores, é de extrema importância tática que tais formas de autogestão sejam de fato maneiras de combate direto à ordem atual. E nesse sentido, “é na construção do poder popular, de mecanismos coletivos de controle econômico e de tomadas de decisão que se encontram as sementes da sociedade socialista”. (Teses do VI Congresso da UJC).

AS FRENTES TÁTICAS DA UJC

Atualmente a UJC se organiza em três frentes principais de atuação: movimento estudantil, jovens trabalhadores e cultura. A estruturação da UJC nesse formato se deu a partir da análise da realidade brasileira, que concluiu sobre a necessidade de atuação dos comunistas nessas frentes de lutas juvenis. Contudo, não se trata de uma forma de organização engessada: ela se altera de acordo com a dinâmica das lutas sociais e das demandas de atuação política que se colocam para nós. Há estados, por exemplo, em que a UJC mantém também uma frente voltada para os movimentos sociais.



No 55º Congresso da UNE (CONUNE), em 2017.

Através da frente de Movimento Estudantil temos o intuito de nos inserir na grande luta que é travada nos dias atuais entre os interesses dos trabalhadores contra os interesses do capital no seio da educação. Reforçamos dessa maneira a necessidade da construção do Poder Popular também dentro dos espaços universitários e escolares, fazendo isso através da organização da luta de estudantes, de professores e funcionários contra as ofensivas do capital na educação e na perspectiva da construção de uma educação para além do capitalismo, que seja de fato, popular.

Na frente dos Jovens Trabalhadores a UJC procura denunciar a, cada vez mais precária, inserção do jovem no mundo do trabalho, e organizar a juventude trabalhadora para reagir às diversas formas de expropriação que sofrem na sociedade capitalista.

E finalmente, na frente de Cultura, a UJC também procura estabelecer e incentivar no seio da juventude, através de organização de eventos e atuação cultural direta, o surgimento de formas culturais que rejeitem os valores capitalistas de reprodução da ordem, e reproduzam a solidariedade ativa entre os trabalhadores para a sua auto-organização e resistência.

Outro eixo importante de nossa organização é a intervenção no plano internacional. Estamos empenhados em articular uma verdadeira frente anticapitalista e anti-imperialista a nível mundial, que enfrente a hoje hegemônica composição dos campos reformista no movimento comunista internacional e nas organizações de juventude vinculadas. Para isso, atuamos Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD), entidade na qual a UJC é um dos membros-fundadores e atualmente tem a tarefa de atuar em seu conselho fiscal.

Além disso, realizamos atividades constantes de solidariedade internacional, participando ativamente do diálogo e construção de um campo político que dê visibilidade às bárbaras realidades de diversos países, na América Latina e no mundo, que vivenciam processos de profunda criminalização (e dizimação) de movimentos sociais e populares e de trabalhadores do campo e da cidade, como é o caso da Colômbia.

Desde a decisão pela reorganização da UJC, a União da Juventude Comunista vem se enraizando cada vez mais nas lutas sociais que se travam por todo o país. Atualmente, estamos organizados em quinze estados brasileiros, em todas as regiões do país, inseridos em diferentes fóruns de lutas, em frentes do movimento popular e cultural, na agitação e propaganda voltada para a organização da juventude trabalhadora.



UJC presente no Festival Mundial da Juventude e Estudantes, em 2017.

A UJC É A JUVENTUDE DO PCB

A UJC se caracteriza como a juventude do PCB, estando inseridos nela tanto militantes do PCB como militantes não organizados no partido, mas que tem concordância com a linha política adotada pela UJC e pelo PCB. Propõe-se a ser um elemento de mediação entre o Partido e a juventude brasileira, tendo como pauta central a necessidade de fortalecer ações táticas que tensionem a ordem do capital, organizando e

formando as camadas da juventude, na perspectiva de construção da Revolução Socialista. Dessa forma, as nossas deliberações precisam estar em consonância com as Resoluções do PCB. Contudo, na perspectiva de democracia de mão dupla, o PCB pode levar em consideração as resoluções e acúmulos que a UJC vem adquirindo na elaboração das suas resoluções no trabalho com a juventude, incorporando-os às suas resoluções.



UJC e PCB na luta contra a Reforma da Previdência.

A ORGANIZAÇÃO INTERNA DA UJC

A UJC alinha-se à tradição comunista e às formulações recentes do PCB para organizar seu trabalho internamente. Assim, possuímos uma estrutura semelhante à do PCB, ligada política e organicamente ao Partido por meio do acompanhamento das Secretarias de Juventude nos Comitês do PCB.

A UJC possui um método de organização interno baseado na prática do centralismo democrático, princípio organizador fundacional do marxismo-leninismo, e divide seu trabalho revolucionário em uma Coordenação Nacional, Coordenações Estaduais e núcleos de base. Cada um desses organismos elege seus secretariados, direções coletivas que conduzem os trabalhos entre uma reunião e outra do organismo. Todo esse trabalho se subordina à política definida nos Congressos da UJC, instância máxima da organização.



Abertura do VIII Congresso Nacional da UJC.

O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

O centralismo democrático é a forma de funcionamento de nossa organização. Ele é um princípio organizativo que perpassa todas as instâncias da UJC. É algo necessário para que possamos atuar como uma organização forte, disciplinada, unitária e que, ao mesmo tempo, dá voz a todos os seus militantes. Através desse princípio de organização a estratégia política da UJC é definida nacionalmente através do Congresso Nacional, em que se discutem as principais características da realidade social onde atuamos e as estratégias e táticas da UJC para a atuação política nessa realidade. Em diversas instâncias, conforme a tradição democrática, é possibilitado aos militantes a participação em discussões para definir os posicionamentos da organização. Mas assim que a linha política final do Congresso é delimitada todos os militantes devem construir a sua disseminação através das atividades da UJC.

Nas organizações de base, o processo é análogo. O centralismo democrático permite que todo e qualquer militante tenha direito a defender suas concepções, posições e ideias sobre o assunto em pauta. No caso de a decisão da maioria do coletivo seja contrária ao posicionamento desse indivíduo ou de uma minoria de indivíduos, estes devem ser respeitados e poderão questionar tal decisão em outro momento, para avaliação da

correção ou não do posicionamento tirado, baseado em uma análise científica dos resultados práticos decorrentes dessa decisão. Assim, temos o momento da democracia - nas reuniões e Congressos - e o momento do centralismo - na prática cotidiana da atuação política -, o que capacita a organização para ser tão flexível quanto eficiente.

Essa democracia possibilita meios iguais a todos os indivíduos para que eles procurem intervir na construção da linha da UJC. Contudo, a derrota que o indivíduo ou a minoria pode vir a sofrer nos fóruns de base não pode, sob hipótese alguma, prejudicar a ação unitária, de todos os militantes, da construção e defesa da linha que saiu vitoriosa no exercício democrático. Todos discutem, colocam suas posições, a coletividade assume a posição vencedora e dá consequência a ela, sendo obrigação de todos os militantes o cumprimento de tarefas relacionadas a essa decisão.

Sem o centralismo democrático seria impossível para nós traçarmos estratégias políticas unitárias sólidas e realizáveis, o que enfraqueceria a nossa atuação junto às massas, estimulando disputas individuais, de grupos ou correntes no seio da nossa militância. Portanto, aqui também, se coloca a necessidade da disciplina militante quando se reconhece a importância da atuação conjunta e organizada.

O centralismo democrático só funciona propriamente quando conta com o trabalho de assistência. O trabalho de assistência é o acompanhamento que uma instância de direção faz às instâncias abaixo dela, garantindo o andamento das deliberações e levando para a direção os acúmulos da militância como um todo. Para isso, sempre um militante da instância superior é destacado para acompanhar o trabalho particular da instância imediatamente abaixo.

OS NÚCLEOS

Todos os militantes da UJC devem estar inseridos em algum núcleo de base. O núcleo é o organismo que funciona como a mediação entre o trabalho de base direto de cada militante – ou seja, sua atuação no local de estudo, no local de trabalho, no local de moradia, em coletivos culturais ou em outros movimentos sociais – e o planejamento político geral da organização. Assim, nossa linha política geral se desdobra em diversas táticas particulares, estas em consonância com aquela, por meio da intervenção correta dos núcleos, baseada em uma análise científica de seu local de atuação.

A atuação nos núcleos se dá através do trabalho de base direto e atra-



Em Santa Catarina, UJC presente nos atos contra o fascismo.

vés da organização da própria UJC, tendo em vista a direção política definida em congresso. O núcleo pode deliberar por diversas atividades: eventos, panfletagens, criando palavras de ordem, formulando leituras sobre a realidade social dos movimentos, entre outras coisas que dialoguem com as necessidades de cada realidade local.

OS SECRETARIADOS

O secretariado de cada organismo da UJC é a instância responsável por dirigir e organizar as atividades deliberadas na reunião anterior desse organismo, também sendo responsável por tomar decisões coletivas frente a tarefas inéditas e não antes discutidas. Essa direção coletiva é eleita democraticamente pelo organismo que dirige. Através do trabalho do secretariado, o núcleo da UJC pode centralizar as informações e responsabilidades da organização em determinados indivíduos que terão a tarefa de trabalhar para que aquele núcleo tenha uma atuação disciplinada, bem estruturada e de acordo com a linha política deliberada nacionalmente.

O secretariado é composto minimamente por três tarefas fundamentais para uma organização revolucionária: a secretaria política, a secretaria de organização e a secretaria de finanças.

A secretaria política deve ser ocupada por um ou uma militante que tenha um bom conhecimento da linha política da UJC, que seja capaz de liderar o grupo de militantes do núcleo de base e que tenha facilidade de comunicação com outras organizações e entidades. A organização através do centralismo democrático faz do secretário político uma peça chave na boa atuação política do núcleo da UJC, seja ele de base, estadual ou nacional. Para isso, a secretaria política deve:

- Articular parceria com outras entidades, movimentos sociais e forças políticas;
- Garantir a unidade interna da organização e a aplicação da linha política;
- Conduzir reuniões e convocar reuniões extraordinárias;
- Manter contato direto com a instância superior na UJC.

A secretaria de organização tem a função de fazer com que o organismo tenha uma existência orgânica, mantendo o controle do cumprimento de tarefas articulado com os objetivos e planejamentos do organismo como um todo. Para isso a secretaria de organização deve:

- Manter um controle sobre os militantes;

- Registrar os encaminhamentos das reuniões;
- Fazer relatórios das atividades organizadas pela UJC;
- Elaborar calendário de reuniões;
- Manter contato direto com a instância superior da UJC;
- Garantir a comunicação interna da organização (repassando ofícios, circulares, notas políticas etc.).

A secretaria de finanças é responsável por garantir a vida financeira do organismo, recolhendo as contribuições financeiras mensais dos militantes, fazendo arrecadação para finanças específicas de atividades e fazendo os repasses às instâncias superiores. As finanças são de suma importância para que uma organização com a linha política anticapitalista da UJC possa crescer e financiar suas próprias atividades. O fundamento da nossa política de finanças deve ser a contribuição mensal de cada militante e a política de circulismo, através de pedidos de doação, esporádicos e regulares.

Por fim, é necessário que todo(a) secretário(a) de finanças tenha o controle rígido de todo o dinheiro que entra e sai na organização, sempre para fins de atividades políticas, para que se garanta que o dinheiro arrecadado está cumprindo sua função.

AS COORDENAÇÕES ESTADUAIS

As Coordenações Estaduais (CEs) da UJC são a correia de ligação entre os núcleos de base e a Coordenação Nacional da UJC, sendo eleitas nas etapas estaduais dos Congressos da UJC. É tarefa delas organizar o funcionamento da UJC nos estados, prestar assistência aos núcleos, realizar política financeira própria e garantir a atuação da militância dentro da linha política tirada no Congresso Nacional e das diretrizes específicas deliberadas pela Coordenação Nacional, assim como da linha política do PCB.

As CEs também têm uma ligação com os Comitês Regionais (CRs) do PCB, na figura da Secretaria de Juventude de cada estado, que auxilia no desdobramento local da linha do PCB no movimento de juventude. As CEs, assim como os núcleos, também elegem seus secretariados, que as dirigem entre uma reunião e outra.

A COORDENAÇÃO NACIONAL

A Coordenação Nacional da UJC (CNUJC) é a instância dirigente da UJC entre um Congresso e outro, responsável por executar o trabalho da organização em nível nacional. É sua tarefa deliberar sobre as diversas lutas políticas e processos de mobilização da juventude no país, seguindo as deliberações do Congresso Nacional da UJC e do PCB. A CNUJC recebe assistência do Comitê Central do PCB, na figura da Secretaria Nacional de Juventude. A CNUJC é eleita nos Congressos Nacionais da UJC.

A CNUJC conta também com comissões de trabalho temáticas, que tem como tarefa o acompanhamento das diversas frentes de atuação da UJC, estudando cientificamente cada área de atuação e auxiliando em processos políticos locais.

A CNUJC elege também uma Comissão Executiva Nacional (CEN), que dirige a UJC entre uma reunião e outra da CNUJC.



Em 2016 no Ceará, UJC na luta contra a PEC 55 (atual EC 95).



ujc.org.br

fb.com/ujcbr